

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 186
26/09/08 a 02/10/08

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES).
Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Tiago Pedro Vales e Victor Hugo de Souza Gonçalves (PIBIC).

Governo britânico desistiu de visto para brasileiros

Apesar da implantação de um novo documento para estrangeiros residentes no país, o Reino Unido optou por repensar a exigência de visto para turistas brasileiros. O governo britânico havia preparado uma série de exigências ao governo brasileiro contra a imigração ilegal, as quais incluíam a presença de um policial britânico em aeroportos no Brasil, triagem dos passageiros antes da venda de passagem e colaboração da embaixada do Brasil em Londres no controle de ilegais. Após uma reunião, da qual participaram os ministros britânicos das Relações Exteriores e do Interior, respectivamente, Judith MacGregor e Tom Dodd, houve recuo por parte do governo do Reino Unido. O Brasil ainda não foi retirado da lista de países suspeitos por não possuírem uma política contra a imigração ilegal; foi acertado, porém, que isto ocorrerá após o fim do período probatório ao qual havia sido previamente submetido (*Folha de S. Paulo – Mundo – 26/09/2008*; *O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/09/2008*; *O Globo – O Mundo – 26/09/2008*).

Para Amorim, acusação indiana foi fruto de mal-entendido

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a carta enviada pela Índia ao diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, representa um mal-entendido. Depois de ler o documento em Nova York, Amorim se colocou à disposição para um encontro com o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath. Em um documento enviado a Lamy, o ministro indiano teria insinuado que o Brasil poderia aceitar uma proposta de Estados Unidos e Europa caso obtivesse cotas para o etanol, em detrimento dos interesses dos países do G-20. O chanceler brasileiro negou a possibilidade de maior flexibilização brasileira nas negociações e de que o etanol tenha sido tema de discussões no âmbito de Doha. Segundo ele, a Rodada Doha só será concluída se países como Brasil e Índia trabalharem juntos. O novo embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, rejeitou a idéia de que o Itamaraty esteja barganhando sua posição na Rodada Doha. Azevedo assumiu ontem a missão do Brasil na OMC, substituindo o embaixador Clodoaldo Hugueneu, enviado à representação diplomática em Pequim. O ministro Amorim participou de um almoço entre representantes dos BRICs, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China, mas assegurou que não discutiria o tema. O ministro afirmou que a atual conjuntura de crise financeira internacional é um bom momento para os países do BRICs se fazerem ouvir, uma vez que estes países são considerados importantes para o crescimento mundial (Folha de S. Paulo – Dinheiro - 27/09/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios - 26/09/2008; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/09/2008; O Globo – Economia – 29/09/2008).

Itamaraty fez críticas a Pacto Europeu

O Ministério das Relações Exteriores classificou como preocupante a aprovação do Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, o qual enrijeceu regras para a entrada de imigrantes na União Européia. Em nota, o Itamaraty afirmou que o documento pode abrir espaço para ações arbitrárias e nocivas aos direitos humanos. O pacto foi proposto pela França e aprovado na quinta-feira por um conselho de ministros de Interior dos 27 países do bloco. Ele prevê a adoção de instrumentos mais rigorosos de controle nas fronteiras - como registros eletrônicos de entrada e saída e um banco de dados com informações biométricas dos estrangeiros. Para o Itamaraty, a decisão dá seqüência a uma preocupante escalada de medidas que, a pretexto de combater a imigração ilegal, reforçam predisposição negativa à migração, generalizam critérios seletivos e abrem margem a controles que, na prática, podem se revelar arbitrários e atentatórios aos direitos humanos. O governo brasileiro reiterou os termos da nota emitida em reação à Diretriz de Retorno, lamentando a percepção desfavorável que difundia da migração e assinalou seus efeitos contrários a uma desejada redução de entraves à livre circulação de pessoas e a um mais amplo e pleno convívio entre os povos. A nota lembra que o Brasil acolheu milhões de estrangeiros, sobretudo europeus, e fez um apelo para que os chefes de governo não ratifiquem o pacto aprovado por seus ministros, evitando iniciativas que criem novos fatores de divisão entre

países de origem e recepção de imigrantes. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que a medida europeia é incoerente em um momento em que todo o mundo propaga a necessidade da globalização, de liberdade de movimento de capitais, de mercadorias e de serviços (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/09/2008; O Globo – O País – 27/09/2008).

Brasil e Equador procuram resolução para crise com empresa brasileira

O Ministério das Relações Exteriores do Equador afirmou que tem mantido um contato constante com seu equivalente brasileiro, o Itamaraty. A chanceler equatoriana, María Isabel Salvador, encontrou-se com Celso Amorim em Nova York, onde participaram da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas. A razão da proximidade era impedir que o impasse do governo equatoriano com a construtora brasileira Odebrecht se transformasse em uma crise diplomática entre os dois países. O presidente equatoriano, Rafael Correa, anunciou o fim do impasse com a empresa brasileira, apresentando o compromisso assinado pela última de aceitar todas as exigências feitas pelo governo do país vizinho. Correa declarou que a permanência da empresa será discutida devido aos questionamentos destacados pela comissão que tem auditado a dívida equatoriana em relação ao empréstimo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção da Usina Hidrelétrica de San Francisco. O governo do Equador acusa de ilegalidade o contrato de financiamento com a instituição brasileira, afirmando que os fundos eram imediatamente repassados à construtora brasileira Odebrecht, que efetua obras no país. A Odebrecht também foi acusada de falhas na estrutura de uma usina construída por ela e teve seus contratos suspensos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rejeitou a possibilidade de não-pagamento do empréstimo de 243 milhões de reais, contraído junto ao BNDES para a construção da hidrelétrica. Já o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, vinculou a ação do governo equatoriano a uma busca de apoio popular ao referendo de aprovação da nova Constituição. O presidente do Equador, Rafael Correa, enfatizou que não há controvérsia com o Brasil e sim com a construtora brasileira Odebrecht. Os dois presidentes encontrar-se-ão em Manaus para discutir as relações bilaterais (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/09/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/09/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/09/2008; O Estado de S. Paulo – 28/09/2008; O Globo – Economia – 26/09/2008).

Bancos centrais se reunirão no Brasil

O Brasil sediará em novembro a reunião dos bancos centrais do G-20, grupo do qual o Brasil é o atual presidente. A reunião, que acontecerá em São Paulo, tratará da crise financeira mundial (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/09/2008).

G-5 agendou reunião sobre alta de preços

O G5, grupo de países formado por Brasil, China, África do Sul, México e Índia, agendou uma reunião para discutir a alta mundial dos preços. O encontro do grupo, que deseja a expansão, sua entrada no G8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo e Rússia) e, conseqüentemente, maior participação em uma governança global, deverá acontecer paralelamente à Primeira Conferência Internacional de Biocombustíveis, promovida pelo governo brasileiro. A reunião e a conferência ocorrerão de 17 a 21 de novembro de 2008 (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/09/2008).

Acordo ortográfico foi promulgado

No dia 29 de setembro, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto de promulgação do Acordo Ortográfico dos Países de Língua Portuguesa, acordo que padronizará as regras de acentuação e de escrita nos oito países onde o português é usado oficialmente. Para Lula, o acordo possui pertinência, além de ser estrategicamente importante para as relações entre os países lusófonos, sendo um resgate dos laços com os países da África, em especial os que têm o português como idioma oficial, e Portugal. As novas regras entrarão em vigor em janeiro de 2009 e substituirão gradativamente as antigas até 2012 (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/09/2008; O Estado de S. Paulo – Vida & - 29/09/2008; O Globo – O País – 30/09/2008).

Lula encontrou-se com Rafael Correa e Hugo Chávez

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com o presidente do Equador Rafael Correa no dia 30 de setembro, em Manaus, e com Hugo Chávez no dia seguinte. Um dos principais assuntos tratados pelos presidentes foi a situação da construtora brasileira Odebrecht, expulsa do Equador por decreto do presidente em conseqüência de uma falha na construção da Usina Hidrelétrica de San Francisco, o que causou a paralisação da central desde junho de 2008. O porta-voz da Presidência brasileira, Marcelo Baumbach, informou sobre a atuação da embaixada do Brasil no Equador, que buscou negociar uma solução ao impasse. Baumbach enfatizou a preocupação do Palácio do Planalto com relação a dois funcionários da Odebrecht que tiveram seus direitos suspensos e foram impedidos de deixar o Equador, e comentou o desejo do governo brasileiro para uma resolução satisfatória a ambas as partes da situação. Segundo o porta-voz, o presidente Lula evitou entrar no mérito das questões que levaram ao problema entre o governo equatoriano e a empresa brasileira, mas discutiu a ameaça de calote ao BNDES feita por Correa. Quanto ao presidente venezuelano, o encontro foi marcado por declarações acerca da crise na economia (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/09/2008; Folha de S. Paulo – 01/10/2008; Estado de S. Paulo – Internacional – 29/09/2008; O Estado de S. Paulo – Internacional – 30/09/2008; O Globo – Economia - 01/10/2008).